

Ignacio Ramonet, *Guerras do Século XXI. Novos medos, novas ameaças*, 2002, Porto, Campo das Letras Editores.

*Susana Salgado**

«Outro mundo é possível» é o título do último capítulo da obra de Ignacio Ramonet, *Guerras do Século XXI. Novos medos, novas ameaças*. No final da leitura de um livro que não nos deixa indiferentes, somos tentados a acrescentar: bem melhor, de preferência. Segundo Ramonet, «para mudar o mundo é necessário, hoje, sonhar com a construção de um mundo diferente» (p.163). E começa esta tarefa por uma desconstrução da realidade onde a nossa atenção é chamada, por exemplo, para os conflitos no Médio Oriente, para os atentados de 11 de Setembro nos Estados Unidos da América, para o estado de permanente conflito em metade do planeta, com claras ameaças de eclosão de novas guerras. Simultaneamente, a nossa atenção vai sendo dirigida para as tentativas de explicação destas realidades e prende-se, finalmente, no seu programa para mudar o mundo.

Após uma incursão atenta pelas páginas repletas de críticas à ordem vigente, ou melhor, à desordem vigente, apercebemo-nos de que a este autor não escapam os pormenores, apesar de se tratar de um ensaio de explicação global do estado das coisas. O mundo é analisado a partir dos seus factores políticos, económicos, sociais e tecnológicos, passando a reflexão do autor por fenómenos tão diversos como a crise ideológica da política actual e a ascensão de movimentos de extrema-direita, a concentração económica, a manipulação dos *media*, a pobreza e o desemprego, os desastres ecológicos e as novas doenças que desafiam o conhecimento científico ou a manipulação genética dos alimentos.

Ramonet identifica três grandes mutações contemporâneas: tecnológica (informática e digital), económica (globalização e «financiarização») e sociológica (exclusões maciças, crises de identidade, transformação do poder). Estas mutações, bem como a crise económica e as políticas para construir uma Europa neo-liberal, provocaram uma explosão de desigualdades e o aparecimento de flagelos sociais como o desemprego e a pobreza em massa.

Para o autor, «a mercantilização generalizada das palavras e das coisas, dos corpos e dos espíritos, da natureza e da cultura provoca um agravamento das desigualdades»

* Doutoranda em Sociologia no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

(p.162). Os cidadãos sentem-se abandonados pela autoridade política, acusada de corrupção e cúmplice dos poderes económicos e financeiros (veja-se, por exemplo, a forma como as sucessivas administrações americanas têm tratado as directrizes do tratado de Quioto¹), e o sentimento geral de insegurança exaspera.

Entretanto, como escreve Ramonet, «mais necessários do que nunca, os contrapoderes tradicionais (partidos, sindicatos, imprensa livre) parecem pouco operativos», (p.17).

A voz dos «sem voz»

Contra os abusos do poder, a imprensa e os *media* foram, durante largos anos, nos quadros democráticos, um recurso dos cidadãos. Um «quarto poder» que teria uma função de contra-poder, de vigiar e denunciar os excessos dos três poderes tradicionais: legislativo, executivo e judiciário. A mundialização liberal veio evidenciar a fragilidade desta função dos meios de comunicação de massa que se agrupam cada vez mais em grandes grupos mediáticos de vocação mundial, onde se englobam todos os *media* clássicos e modernos (imprensa, rádio, televisão e internet) e todas as actividades da comunicação e da informação. Actualmente, o mesmo grupo perseguindo objectivos essencialmente mercantis, produz conteúdos informativos e conteúdos ficcionais².

Ramonet sugere a criação de um «quinto poder», materializado em cidadãos do mundo atentos, cuja principal função seria denunciar os excessos dos *media* e dos grandes grupos mediáticos que se tornaram cúmplices e difusores da globalização liberal. Os cidadãos deverão, doravante, exigir dos profissionais dos *media* o cumprimento das regras deontológicas de busca e respeito pela verdade, sendo esta última, em definitivo a legitimidade da informação. Tudo isto se torna mais claro se nos recordarmos que a liberdade dos *media* não é mais que a extensão da liberdade colectiva de expressão, fundamento de qualquer sistema democrático.

Verifica-se ainda que os *media*, muito mais numerosos do que antes, estão de facto mais unificados e mais uniformizados do que nunca, realizando aquilo que Ramonet denomina de «mimetismo mediático», o que significa que os meios de informação cobrem muitos acontecimentos imitando-se uns aos outros. Como já defendia em *A Tirania da Comunicação*, esta tendência pode revelar-se nociva: «Esta imitação delirante, levada ao extremo, provoca um efeito de bola de neve e funciona como uma espécie de auto-intoxicação: quanto mais os *media* falam de determinado assunto, tanto mais eles se convencem, colectivamente, de que esse assunto é indispensável, central, capital, e que é necessário dar-lhe ainda mais cobertura, dedicando-lhe mais tempo, mais meios, mais jornalistas.»³

A cobertura mediática da realidade política não escapará, certamente, a esta regra. Acresce que a prevalência dos critérios visuais na informação leva a que esta tenda a transformar tudo em acontecimento passível de ser filmado ou fotografado. O método é tentar reduzir a cobertura jornalística da política ao concreto, porque o abstracto, nomeadamente, as ideias não têm imagem, o que é apontado por autores, como Ramonet

ou Virilio, como uma das causas da falência actual da comunicação entre políticos e cidadãos. Ao recorrerem aos meios de comunicação de massa para transmitir a sua mensagem, os políticos não dominam, muitas vezes, a sua lógica de funcionamento e de apreensão do real. Para completar esta análise, interessa ainda referir que o fenómeno da globalização realizou uma mutação no poder: quem governa já não é quem detém as aparências do poder político, mas os que controlam os mercados financeiros, os grupos mediáticos e as grandes indústrias multi-nacionais. Acontece que estes poderes não foram submetidos ao sufrágio universal e, na maioria das vezes, demonstram uma indiferença enorme pelos princípios democráticos e humanistas, conquistados sobretudo nas revoluções americana (1776) e francesa (1789). Como diria Tocqueville citado pelo autor: «Quando o passado não ilumina o futuro, o espírito caminha nas trevas» (p.30).

Como sair das trevas?

«A peste – escreveu Antonin Artaud – é a revelação de um fundo de crueldade latente, através da qual se encontram num indivíduo ou num povo todas as possibilidades perversas do espírito»⁴. Exemplos não faltam, neste livro, para denunciar as pestes do século XXI: o terrorismo e as atrocidades que se decidiram à conta da guerra ao terrorismo⁵; as ameaças nucleares, sobretudo em países como o Paquistão e a Índia, em conflito quase permanente; a falta de consenso político para a região do Médio Oriente, que provoca mortes inocentes todos os dias; a guerra do Kosovo, que mostrou como os poderosos e as suas motivações determinam o futuro dos povos⁶. Estas motivações passam, em grande parte, pelo interesse de alguns países, em impor o seu modelo de democracia, porque isso implica, entre outras coisas, a adopção do modelo ocidental de globalização liberal e, como defende o autor, «a submissão à hegemonia dos Estados Unidos», p.124. Tanto a guerra do Kosovo como a mais recente guerra do Iraque são bons exemplos disso.

Numa época em que se fala cada vez mais de defesa dos direitos humanos e na injustiça das desigualdades, como não questionar, como faz Ramonet, se alguma vez será possível conciliar a preocupação humanitária com o uso da força, ou ainda se serão possíveis «bombardeamentos éticos», quando mesmo estes costumam provocar mortes entre a população civil. A guerra é apresentada igualmente como uma catástrofe ecológica: veja-se a destruição de refinarias de petróleo do Iraque com a libertação de nuvens tóxicas ou o bombardeamento de fábricas químicas que causam uma poluição indescritível nos rios e matam simultaneamente fauna e flora.

O desenvolvimento só será sustentável se as futuras gerações herdarem um ambiente com uma qualidade pelo menos igual à que recebemos das gerações anteriores. No Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, no início do século XXI, uma série de críticos da globalização, que representam os excluídos e marginalizados desta época, defenderam que não é apenas a economia que é mundial, mas também o devem ser a preocupação com os direitos humanos, com as desigualdades sociais e com a protecção do

ambiente, condições indispensáveis para uma maior qualidade de vida num mundo melhor; «É tempo de refundar uma nova economia, mais solidária, baseada no princípio de desenvolvimento sustentável e que coloque o ser humano no centro das preocupações.» (p.164).

Na sua exaustiva descrição das pestes que o século XXI herdou, Ramonet fala mesmo de uma guerra social planetária. A juntar aos flagelos descritos, a SIDA⁷, a manipulação genética e a falta de qualidade dos alimentos que provocam novas doenças, como a Doença das Vacas Loucas, ou a fome que, num mundo de abundância, continua a dizimar populações inteiras, sendo mesmo utilizada como arma política em países como o Sudão, a Libéria ou a Somália.

Por fim, as soluções. As do autor passam pelo desmantelamento da esfera financeira, exigindo uma tributação significativa dos rendimentos do capital e a supressão dos paraísos fiscais. Passam também por redistribuir o trabalho e os rendimentos. E passam ainda por um Tribunal Penal Internacional, pela emancipação da mulher à escala planetária, pela criação de uma autoridade internacional que garanta aos cidadãos a não contaminação dos *media* por mentiras e manipulações⁸, e por uma verdadeira preocupação na protecção ambiental. Verdadeiras utopias no passado que deverão passar a objectivos políticos reais na actualidade. Como disse, uma vez, Victor Hugo, «a utopia é a verdade de amanhã».⁹

Notas

- ¹ Os Estados Unidos da América são responsáveis, entre os países industrializados, por metade das emissões de gás carbónico. Contudo, na Conferência de Berlim sobre o clima, em 1995, enquanto a União Europeia propunha uma redução de 15% na emissão de gás até ao ano 2010, a administração americana defendia, o regresso ao nível de 1990, apenas em 2010 e instaurar, a partir de 2008, «autorizações de poluição» negociáveis. George W. Bush foi ainda mais longe, colocando a denúncia do tratado de Quioto entre uma das suas primeiras decisões.
- ² Só para citar alguns exemplos actuais: News Corps, Viacom, AOL Time Warner, Microsoft, Bertelsmann.
- ³ Ramonet, Ignacio, (2002), *A Tirania da Comunicação*, Porto, Coleção Campo dos Media, Ed. Campo das Letras, p. 20.
- ⁴ Antonin Artaud, *Le Théâtre et son double*, 1946, Paris, Gallimard, citado por Ramonet, p.145.
- ⁵ Segundo Ramonet, apoiado por autores como Freimut Duve, Patti Waldmeir e Brian Groom, o pretexto da luta mundial contra o terrorismo permitiu reduzir as liberdades e o perímetro da democracia.
- ⁶ A guerra do Kosovo foi decidida pela NATO sem que o Conselho de Segurança da ONU tivesse aprovado qualquer resolução que a autorizasse. Lembre-se que esta estrutura é a única plataforma internacional para a resolução dos conflitos e a manutenção da paz.
- ⁷ A SIDA, já conhecida como a peste dos pobres, é actualmente uma das dez principais causas de morte no mundo e evidencia as desigualdades entre ricos e pobres no que respeita à prevenção e mesmo ao tratamento da doença.
- ⁸ Existe já o Observatório Internacional dos Media (*Media Watch Global*) criado devido à constatação de que os media deixaram de assegurar o papel de contra-poder, na medida em que o sistema mediático é, nos dias, simultaneamente um actor (devido à sua concentração em grupos económicos) e um vector da mundialização

neo-liberal. Vários Observatórios nacionais estão em vias de ser criados, à semelhança do *Observatoire Français des Médias* oficialmente criado em Janeiro de 2003, em Paris, por jornalistas, universitários, sindicatos e utilizadores dos meios de informação, com a missão de proteger a sociedade dos abusos, manipulações e campanhas de intoxicação dos grandes grupos mediáticos que acumulam poder económico com hegemonia ideológica. Uma das formas utilizadas para levar a cabo esta missão é a multiplicação de espaços de discussão e debate no seio da sociedade civil e os veículos desta confrontação são os próprios media.

⁹ Citado por Ramonet, p. 43.